

FGV DIREITO SP
MESTRADO PROFISSIONAL

Jurimetria como ferramenta para provisionamento de processos judiciais

Maria do Carmo Marcondes Correa Guimarães

Anteprojeto de pesquisa apresentado ao
Mestrado Profissional da FGV Direito SP.
Versão de 23.06.2021

1. Tema, contexto, questão central de pesquisa

Os processos judiciais, enquanto possíveis passivos à serem custeados pela empresa, devem ser mensurados através do contingenciamento contábil que conforme CPC n° 25 os classifica como prováveis, possíveis ou remotos.

Há, contudo, pouca objetividade nesses critérios se consideradas exclusivamente suas conceituações. Tratar a provisão ao critério de que o evento ter mais ou menos chance de ocorrer, sem a adoção de ferramentas de análise de dados parece não ser o mais adequado.

Kietzmann explica que *“registrar uma provisão relativa a um processo judicial implica no reconhecimento pela companhia de que é “provável” que ela será sucumbente naquele litígio”*, ou seja: a empresa irá antecipar o resultado da demanda.

A antecipação deste “resultado” caso superestimado poderá implicar na onerosidade desnecessária do balanço da empresa e, por outro lado, caso subestimado o risco a não antecipação deste resultado do processo poderá implicar no desembolso de despesas não previstas o que refletirá negativamente no balanço pois este, além de ter seu fluxo de caixa prejudicado pelo custeio de despesa não prevista em detrimento do plano de investimentos, por exemplo, não refletirá adequadamente o risco empresarial afetando a credibilidade da saúde financeira da empresa.

Como sugestão, Kietzmann já sinalizava em 2016 a adoção de critérios objetivos para classificação o passivo judicial, indicando dentre outras a utilização de média ponderada dos desfechos possíveis e respectivas probabilidades quando tratarem-se de obrigações similares.

Neste sentido, a jurimetria pode colaborar enquanto ferramenta de análise de dados, tornando o processo de classificação e provisionamento de processos judiciais mais preciso. Haja vista a adoção de média ponderada sugerida por Kietzmann, a jurimetria pode aprimorar este processo através, por exemplo, da adoção de modelos

estatísticos que considerem dados internos, setoriais, por comarca, por magistrado ou por órgão colegiado, trazendo maior assertividade ao processo decisório.

2. Modelo de pesquisa predominante

O modelo de pesquisa escolhido para a realização do trabalho foi exploratório para identificação da problemática e estudo de caso para análise de melhores prática, na medida em que, ainda que exista grande investimento dos departamentos jurídicos e escritórios de advocacia na adoção de jurimetria, está ainda é pouco explorada pela literatura, havendo necessidade de aprofundamento do cenário normativo que respalde sua utilização.

3. Fontes de pesquisa e formas de acesso

As fontes de pesquisa à serem utilizadas serão os casos de empresas que já utilizam da ferramenta para adoção de critérios de provisionamento de processos judiciais, atos normativos aplicáveis, artigos sobre a matéria além de entrevistas com gestores jurídicos.

4. Relevância prática, caráter inovador e potencial de impacto

O provisionamento de processos judiciais é uma questão que afeta cotidianamente as empresas, de capital aberto ou não, e que por sua própria natureza financeira pode gerar grande impacto no desempenho das companhias. Uma provisão equivocada a menor pode implicar no desembolso de valores não previstos assim como uma provisão à maior pode resultar na não utilização de recursos financeiros para persecução do objetivo empresarial, o que não é desejado.

Apesar de existirem normas para provisão contábil de processos judiciais estas ainda não são exaustivas e deixam relativa subjetividade na sua aplicação o que gerou ao longo dos tempos inúmeras práticas pelas empresas, com maior ou menor precisão financeira na medida em que existe, igualmente, relativa incerteza sobre seus respectivos desfechos.

Com a utilização de novas tecnologias para adoção de métodos quantitativos no campo do direito é possível prever resultados e apresentar probabilidades, tornando a provisão de processos uma tarefa analítica e objetiva.

Neste sentido, o estudo da aplicação de jurimetria como critério para provisionamento de processos judiciais mostra-se um desafio profissional pouco explorado pela literatura e que tem relevância para a atuação do gestor jurídico, independente do setor que atue.

5. Familiaridade com objeto da pesquisa

Trabalho com o contencioso empresarial há aproximadamente 10 anos. Já tive experiência tanto em escritórios de advocacia como em departamentos jurídicos internos. Atualmente sou responsável pelo time de disputas de uma indústria de Celulose no Estado de São Paulo e tenho como principal desafio a estruturação de procedimentos internos para gestão e controle de orçamento dos processos judiciais.

6. Quesitos, fontes de pesquisa e formas de acesso

Contextualização Fática

- O que é jurimetria?
- Definir, caracterizar e exemplificar jurimetria
- Para que serve e como funciona?
- Apresentar a funcionalidade e aplicação da jurimetria
- Como pode ser aplicada na gestão de contencioso?
- Avaliar a aplicação de jurimetria na gestão de contencioso
- Quais as melhores práticas e indicadores?
- Mapear práticas e indicadores adequados para jurimetria.

Referencial Teórico e Normativo

- Quais as normas para provisionamento de processos judiciais?
- Apresentar padrões e normas para provisionamento de processos judiciais
- Quais os limites normativos para adoção de critérios internos de provisionamento?
- Definir os principais limites normativos para adoção de critérios internos de provisionamento

Abordagem Analítica

- Quais os benefícios da utilização de jurimetria para o provisionamento de processos judiciais?
- Apresentar as principais vantagens da utilização de jurimetria para o provisionamento de processos judiciais
- Como a ferramenta é utilizada?
- Apresentar e exemplificar princípios de jurimetria.
- Quais os principais resultados percebidos pelas empresas pioneiras na prática?
- Apresentar os principais resultados percebidos pelas empresas pioneiras na prática da jurimetria

Conclusão Propositiva

- O presente projeto visa explorar o cenário normativo relacionado ao provisionamento de processos judiciais, assim como identificar possíveis lacunas ou subjetividades. Deve-se ressaltar que esta temática, e sua prática, são recentes e são consideradas inovadoras. Ao final, espera-se demonstrar que a jurimetria é um instrumento juridicamente válido para o provisionamento eficaz de processos judiciais.

7. Bibliografia preliminar

Sem prejuízo da utilização de outras fontes, a bibliografia preliminar será:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00: Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. Brasília, 2019.

